Isso viola o “limite” da liberdade de expressão que foi determinada pelo meu aiatolá, o Al-Toritário



O hobby número 1 nos países muçulmanos: protestar para deixar as coisas no jeito que estão

E então o mundo islâmico-fascista entrou em revolta devido à publicação de dozes charges sobre o profeta Maomé; aliás, eu descobri[2] que até dizer Maomé é uma ofensa, vê se pode. A revolta das charges transformou a Dinamarca, um reduto politicamente correto para padrões europeus (ou seja, patrulha total), no mais novo integrante da Lista Superior do Grande Satã, composta até então por Estados Unidos e Israel. A revolta também se aplica a todos os países nórdicos, num exemplo típico de generalização, aos membros *hors-com-cours* da Lista Superior do Grande Satã e a França, que baniu vestimentas religiosas em escolas públicas e que também fora alvo de fúria semelhante em 2005.

Como veremos a seguir, a revolta das charges não tem o menor fundamento já que está é uma revolta sem apoio legítimo, e muito menos, sem uma causa legítima. O que temos de concreto são conseqüências imprevisíveis e violentas por determinados setores da sociedade islâmica e reações bizarras por parte do Departamento de Estado

---

[2] Beraba, Marcelo. "Maomé/Muhammad." Folha de São Paulo 12 Fev 2006.

americano e do Foreign Office britânico. Isso para não citar inúmeros jornais, como o *NY Times* e *Estadão*, que só faltaram endorsar os militantes da Jihad cartunística.

>>>LINHA DO TEMPO DAS CHARGES

Ao contrário do que possa parecer, as charges não foram publicadas recentemente. Na verdade, elas foram publicadas no dia 30 de setembro de 2005 pelo referido jornal *Jyllands-Posten*, que tem uma circulação diária média de 150 mil exemplares num país com aproximadamente 5,4 milhões de habitantes. Até então a reação fora pequena em comparação com o que estava por vir. Em dezembro do mesmo ano, a Liga Árabe, uma espécie de ONU muçulmana, divulga uma nota condenando tais charges. E em fevereiro de 2006, temos a revolta nas ruas. Abaixo, uma tabela com os principais acontecimentos por ordem cronológica.

TABELA 1: Ordem Cronológica

Data	País	Acontecimento
30 de setembro de 2005	Dinamarca	O jornal *Jyllands-Posten* publica as 12 charges sobre o profeta Maomé
9 de outubro de 2005	Dinamarca	A Sociedade Islâmica da Dinamarca exige apologias do *Jyllands-Posten* e a retirada das charges de circulação
14 de outubro de 2005	Dinamarca	3500 pessoas fazem um protesto pacífico na frente da sede do *Jyllands-Posten*
19 de outubro de 2005	Dinamarca	11 embaixadores requerem audiência com o primeiro-ministro Rasmussen. Ele nega audiência baseado no direito de livre-expressão
3 de novembro de 2005	Alemanha	O jornal *Frankfurt Allgemeine Zeitung* publica as charges
24 de novembro de 2005	ONU	A Relatoria da ONU sobre Liberdade Religiosa exige que a Missão Permanente da ONU na Dinamarca faça um relatório sobre o caso
2 de dezembro de 2005	Paquistão	Um partido político, Jamaat-e-Islami, supostamente oferece 10 mil dólares para quem matar um dos cartunistas
19 de dezembro de 2005	Europa	O Conselho da Europa critica a Dinamarca por utilizar a "liberdade de expressão" como escudo para não tomar ações contra as charges
6 de janeiro de 2006	Dinamarca	O Promotor de Viborg arquiva a investigação que apurava a culpabilidade do *Jyllands-Posten* em relação ao Código Penal dinamarquês
24 de janeiro de 2006	Arábia Saudita	O governo saudita condena publicamente as charges
26 de janeiro de 2006	Arábia Saudita	O governo saudita chama seu embaixador na Dinamarca de volta, como forma de protesto
29 de janeiro de 2006	Líbia	O governo líbio fecha sua embaixada na Dinamarca
	Jordânia	O embaixador dinamarquês é intimado para uma audiência
	Dinamarca	O site do *Jyllands-Posten* sofre um ataque do tipo denial-of-service
	Palestina	O movimento Brigada dos Mártires de Al-Aqsa dá 72 horas aos dinamarqueses e suecos para que estes deixem o território palestino
30 de janeiro de 2006	Dinamarca	O *Jyllands-Posten* pede desculpas por ter ferido o sentimento islâmico
	Palestina	Membros armados do Fatah invadem o escritório local da União Européia
	Estados Unidos	Bill Clinton condena a publicação das charges
	Europa	A União Européia apóia a Dinamarca e diz que boicotes serão considerados como violação das regras globais de comércio
31 de janeiro de 2006	Bahrein	A Assembléia Nacional demanda um pedido de desculpas a ser feito pela rainha Margrethe II. A Assembléia também ameaça com um boicote a produtos dinamarqueses e a não-exportação de petróleo
1 de fevereiro de 2006	França	O jornal *France Soir* publica as charges. O diretor Jacques Lefranc é demitido
	Finlândia	O governo finlandês protesta contra a "demora" do governo dinamarquês em tomar alguma ação
2 de fevereiro de 2006	Marrocos	Protestantes sentam em frente ao Parlamento para demandar uma ação do governo local
3 de fevereiro de 2006	Dinamarca	O primeiro-ministro Rasmussen se encontra com embaixadores de países árabes. O embaixador egípcio diz que a resposta é insuficiente
	Reino Unido	O Secretário do Exterior Jack Straw condena os jornais europeus que publicaram as charges
	Estados Unidos	O Departamento de Estado condena as charges como "incitação ao ódio"
	Palestina	O Hamas promove protestos nos territórios palestinos. A violência

		dos protestos aumenta
	África do Sul	Por ordem judicial, a publicação das charges é proibida
4 de fevereiro de 2006	Jordânia	O editor do jornal *al-Shihan* é preso
4 de fevereiro de 2006 (cont.)	Síria	O prédio que é sede das embaixadas do Chile, Suécia e Dinamarca é incendiado. As representações chilena e sueca sofrem graves danos.
	Estados Unidos	O *Wall Street Journal* publica em editoral três charges não-publicadas
5 de fevereiro de 2006	Síria	O jornal estatal Al-Thawra diz que é de responsabilidade do governo dinamarquês o incêndio em sua embaixada
	Iraque	O Ministério dos Transportes congela contratos com a Dinamarca e Noruega
	Noruega	O primeiro-ministro Jens Stoltenberg irá se queixar a ONU devido à falta de proteção a sua embaixada
	Turquia	Um padre católico é morto por um jovem que diz ser influenciado pelas charges
6 de fevereiro de 2006	Irã	A embaixada da Áustria é atacada com bombas incendiárias, mas nenhum dano é reportado
	Líbano	O governo libanês pede desculpas a Dinamarca por não ter dado proteção suficiente a sua embaixada
	Reino Unido	Tony Blair se diz totalmente solidário a Dinamarca
7 de fevereiro de 2006	Itália	O primeiro-ministro Berlusconi pede a Turquia para neutralizar os fanáticos
	Reino Unido	Um editor juvenil é suspenso por publicar uma imagem de Maomé. O jornal é a primeira publicação britânica com as tais imagens e é retirado de circulação
	Iêmen	O governo suspende as licenças de operação de dois jornais que publicaram as charges
8 de fevereiro de 2006	França	O jornal de humor *Charlie Hebdo* publica uma "entrevista" com Maomé, que diz "ser difícil ser amado por débeis". Há tentativas infelizes de bloquear judicialmente o jornal
	Brasil	A revista Veja publica as três charges mais polêmicas
	Canadá	A reitoria da Universidade de Prince Edward Island interrompe a distribuição de um jornaleco com as charges
		O professor Peter March da Universidade Saint Mary é ordenado a retirar as charges da porta de seu escritório
10 de fevereiro de 2006	Dinamarca	O staff diplomático dinamarquês na Síria, Irã e Indonésia são retirados após receberem ameaças

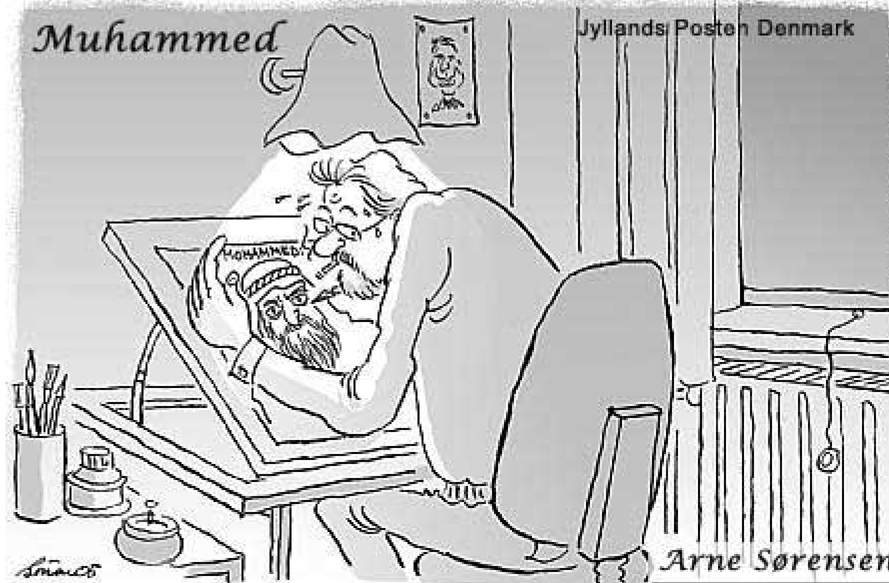
Fonte: "Timeline of the Jyllands-Posten Muhammad cartoons controversy." Wikipedia, The Free Encyclopedia. 13 Feb 2006, 16:03 UTC. 13 Feb 2006, 17:06 <http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Timeline_of_the_Jyllands-Posten_Muhammad_cartoons_controversy&oldid=39477256>.

>>>AS TAIS CHARGES



Jyllands Posten Denmark

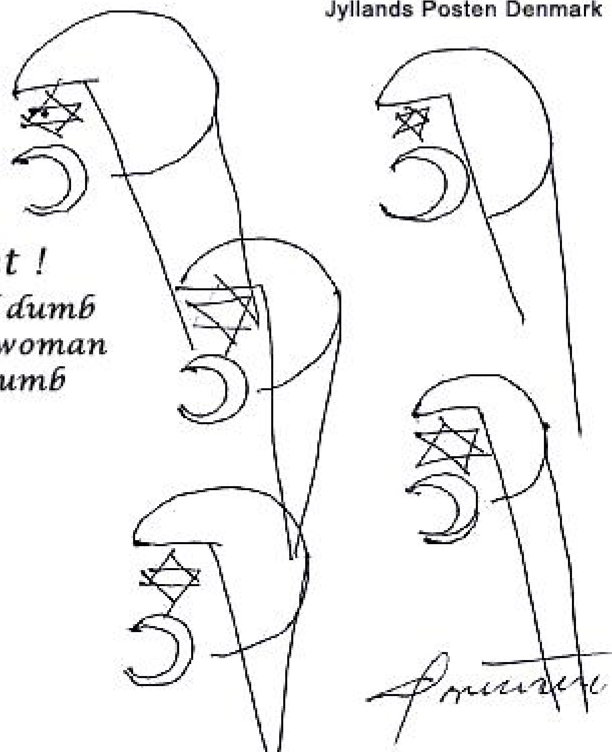




Muhammed Jyllands Posten Denmark

Claus Seidel





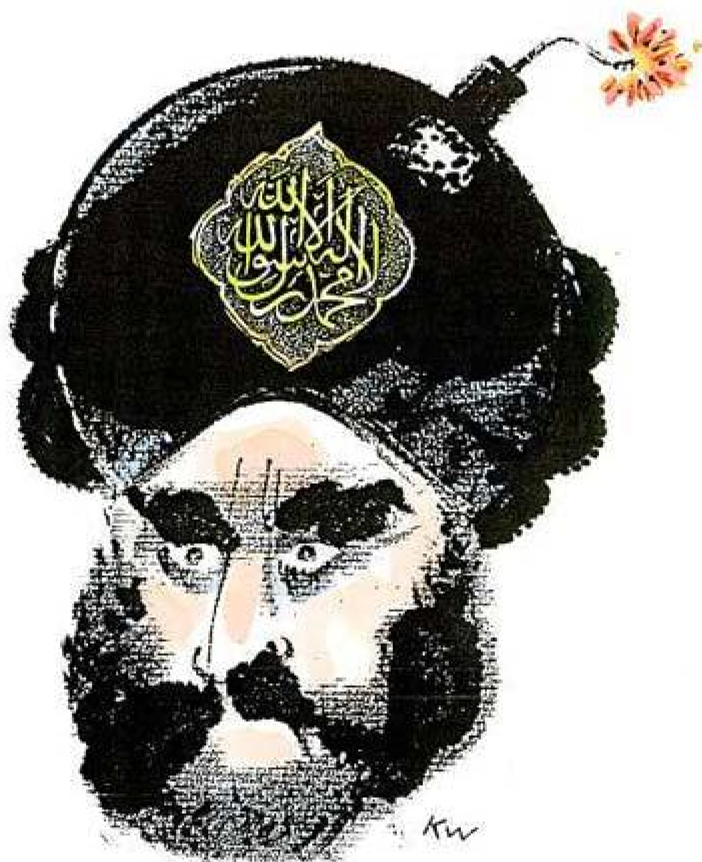
Muhammed Erik Abild Sørensen



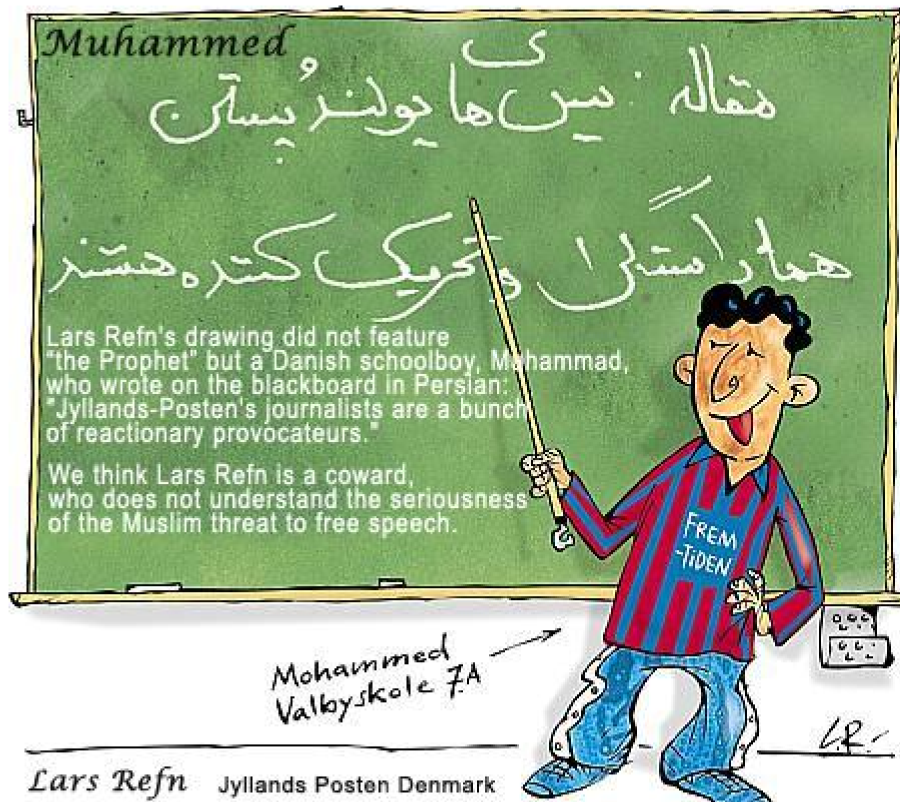
Jyllands Posten Denmark Jens Julius

Muhammed

Jyllands Posten Denmark



Kurt Westergaard





Easy my friends, when it comes to the point it is only a drawing made by a non believing Dane...

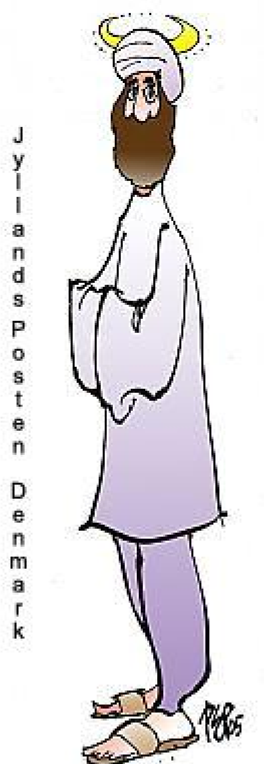
Muhammed Jyllands Posten Denmark



Peder Bundgaard



Muhammed



Poul Erik Poulsen

>>>LIBERDADE RELIGIOSA EM DETERMINADOS PAÍSES MUÇULMANOS

As informações têm como fonte o "Annual Report on International Religious Freedom" do Departamento de Estado dos Estados Unidos, na sua versão do ano de 2005. Quando a fonte for diferente, será citado oportunamente.

Arábia Saudita

A liberdade religiosa não existe na Arábia Saudita, nem no campo social nem no campo legal. A única religião permitida é o islamismo sunita, no qual todos os cidadãos devem professar. A principal fonte de jurisprudência religiosa é a escola Hanbali, que é a mais severa das quatro escolas legais do islamismo sunita. Proselitismo religioso promovido por pessoas que não são sunitas é crime.

O governo saudita tem uma política informal de tolerância para o culto privado não-sunita, especialmente para os estrangeiros ali residentes. Contudo, o governo saudita não determina com clareza o que seria um "culto privado", o que dá margens a várias interpretações. Isto é perigoso visto que o culto público de outras religiões é punido com extrema severidade, geralmente com castigos corporais. A entrada de clérigos no território saudita é complicada, o que impossibilita a realização de cultos regulares de outras religiões.

Há também a obrigatoriedade dos estrangeiros portarem as iqamas, cartões de identidade para residentes legais, que contém as inscrições "muçulmano" ou "não-muçulmano". No campo judiciário, os juízes geralmente desprezam os testemunhos fornecidos por não-sunitas.

Bahrein

A legislação do Bahrein permite a liberdade religiosa sobre determinados termos, ainda assim, é um dos países mais liberais do Golfo Pérsico, isso se falando não apenas em religião mas também no campo de direitos das mulheres.

Os grupos religiosos que desejam se instalar no Bahrein precisam de autorização do Ministério dos Assuntos Islâmicos. Em geral esta autorização é concedida, há até uma sinagoga regularmente inscrita, embora os membros da fé Baha'i não tem tal autorização devido a uma interpretação do islamismo. O que não impede os Baha'i de professar sua fé.

O maior conflito religioso é entre os sunitas, a classe mais proeminente, e os xiitas que compõe 2/3 da população e são os menos abastados. Há um preconceito implícito contra os xiitas mas o governo vem tomando ações afirmativas para diminuir o preconceito. Fora isso, há um ambiente amistoso entre as mais diversas religiões.

Iêmen

A constituição iemenita garante a liberdade de expressão mas define o islamismo como religião oficial e a Sharia como fonte de todo o sistema jurídico-legal. Existe um ambiente favorável para a liberdade religiosa na sociedade iemenita.

Como de costume, as religiões que não-islâmica sunita precisam de autorização governamental para poder construir seus templos. As celebrações religiosas, no entanto, ocorrem sem interferência estatal. É crime tentar converter muçulmanos para outra religião, sendo isso um crime punido com a morte. Existem relatos de tortura para conseguir informações sobre quem se converteu para outras religiões.

Existe também uma discriminação contra as mulheres, que de acordo com a interpretação local do direito islâmico, precisam ser submissas aos seus maridos e não podem casar com pessoas que não sejam muçulmanas, exceções se aplicam se o noivo é cristão ou judeu.

Irã

A constituição iraniana declara o islamismo como religião oficial baseada na doutrina xiita Ja'fari e há restrições legais para o livre exercício da religião. O zoroastrismo, judaísmo e o cristianismo são reconhecidos como religiões minoritárias, contudo há inúmeros relatos de ameaças e outras violências contra estas religiões. A religião Baha'i é extremamente violentada pelo governo xiita.

As congregações religiosas minoritárias são monitoradas por perto por parte do governo, embora não haja requerimento legal para o registro individual de religiões, o que não se aplica aos Baha'i. Os Baha'i são geralmente forçados a se converter ao islamismo, têm seus túmulos profanados e sofrem rotineiras discriminações por parte da sociedade e do governo.

Existem outras restrições para as pessoas que não são muçulmanas. Elas não podem entrar no exército, ainda que exista serviço militar obrigatório (o que cria uma espécie de "isenção" serviço militar), as leis penais dão penas mais brandas quando as vítimas não são islâmicas (há o conceito de impunidade legal para crime perpetrados contra os Baha'i) e sofrem problemas quando tentam entrar na universidade já que é requerido um detalhado teste sobre o islamismo.

Iraque

Após a queda do regime de Saddam Hussein, um governo transitório foi estabelecido para preparar o caminho para um novo Iraque. O novo sistema político iraquiano tende a ser federalista baseado nas etnias, só que o islamismo será a religião oficial e fonte do sistema jurídico-legal, contudo haverá provisões para a liberdade religiosa.

No Iraque existe o reconhecimento de feriados não-islâmicos mas somente os islâmicos são considerados feriados nacionais. As leis anteriores à liberação do Iraque ainda não foram revogadas, o que significa que existem restrições legais para o livre exercício da religião e o acesso a empregos governamentais. Estas leis estão em flagrante desacordo com a Lei Transitória de Administração, só que até o presente momento nenhuma corte declarou estas leis ilegais.

Jordânia

O Reino da Jordânia garante a liberdade religiosa mas determina que o islamismo seja a religião oficial. Existe um ambiente favorável para a o exercício da religião embora os membros de congregações informais e dos muçulmanos convertidos a outras religiões sofrem discriminações sociais e legais.

Os grupos religiosos precisam de autorização para operar no país e esta autorização é requerida perante o Primeiro-ministro; não há registro de que algum grupo tenha sido negado a sua licença de operação. O ensino religioso islâmico é obrigatório para os muçulmanos em escolas públicas; os cristãos e os baha'i não precisam freqüentar essas aulas e as escolas públicas fornecem aulas cristãs para os alunos cristãos.

A lei islâmica proíbe a conversão de muçulmanos para outras religiões e este ato é punido com a morte, embora não haja uso de tal punição. O governo também não permite o proselitismo religioso realizado por não-muçulmanos.



Antes de sair, verifique se estás portando o cérebro
Muçulmanos xiitas se auto-flagelando na cerimônia Ashura, no dia 9 de fevereiro de 2006, no Líbano. Agora temos uma amostra de onde vai a loucura deles.

Líbano

Existe proteção legal para a liberdade religiosa no Líbano, sendo o país com maior número de cristãos em todo o Oriente Médio. As religiões informais, como o budismo sofrem, certas discriminações que, no entanto, são menores do que em outros países da região. O país recebe muitos refugiados religiosos dos países vizinhos.

As pessoas que não professam religiões oficiais o podem fazer sem interferência estatal, contudo seus direitos políticos são prejudicados já que as cadeiras do parlamento são alocadas por religião (o Líbano é uma república parlamentarista).

A opção religiosa precisa estar mencionada nos documentos de identidade, com exceção do passaporte. Os grupos religiosos operam seus próprios sistemas legais, no que tange as relações de família e o status pessoal. Nos grupos muçulmanos há discriminação contra mulheres.

Líbia

A Líbia é uma ditadura islâmica mas permite um nível aceitável de tolerância religiosa, exceto para os muçulmanos militantes. A Líbia e o Vaticano mantêm relações diplomáticas normais e os clérigos católicos podem andar de hábito sem problemas.

O governo regula as atividades religiosas no país, exigindo registro destas. Este registro quase sempre é concedido, a não ser que o grupo religioso seja visto como uma ameaça à ditadura local. A literatura religiosa também é monitorada e os muçulmanos que querem fazer a peregrinação a Meca, só o podem fazer depois dos 40 anos.

O país não condenou ninguém com bases exclusivas em opções religiosas e não há casos de punição para casos de apostasia.

Marrocos

O islamismo é a religião oficial marroquina e a constituição garante a liberdade de religião. Há um bom ambiente para o exercício de outras religiões embora os convertidos ao cristianismo sofram discriminação social. O rei do Marrocos é conhecido como o "Comandante dos Seguidores da Fé".

O registro perante o governo é obrigatório e este pode ser revocado quando a organização religiosa tender a atividades políticas. Anteriormente, o governo importunava os Baha'i nos seus cultos privados mas agora não há mais registros de tais atos. Os grupos religiosos têm isenção de impostos e recebem subsídios estatais para suas atividades regulares.

O monitoramento de clérigos islâmicos é maior do que a de outros clérigos, já que o governo teme o uso do islamismo contra suas políticas. O governo também monitora as discussões acadêmicas sobre o islamismo, acarretando uma forma de censura. Tentar converter um muçulmano é crime. Os muçulmanos que se convertem a outras religiões sofrem problemas burocráticos e sociais, sendo que geralmente é negado pedidos de passaporte destes.

Palestina[3]

A Palestina, como território ocupado e sem reconhecimento internacional formal, está sob jurisdição das leis israelenses, só que em Israel não existe uma constituição escrita. Por analogia poderíamos dizer que há o mesmo direito de exercer sua opção religiosa em Israel e na Palestina mas isso não é verdade.

Existe muita animosidade entre os judeus e os muçulmanos; esta rixa geralmente não é transmitida para os cristãos. O conflito religioso é causado pelo uso político da religião, especialmente por parte da Autoridade Nacional Palestina, que geralmente financia publicações anti-semitas.

---

[3] Radler, Melissa. "State Department Blasted for Lauding PA's 'religious tolerance'" 11 Out. 2002. Freedom House. 16 Fev. 2006 <http://freedomhouse.org/religion/country/Israel%20&%20occupied/State%20blasted.htm>.

Paquistão

O Paquistão é uma ditadura islâmica que ainda que forneça "proteção" constitucional a liberdade religiosa afirma que pode barrar qualquer expressão religiosa que não esteja em acordo com a segurança do Estado e da glória do islamismo. O ambiente inter-religioso é tenso e as minorias religiosas, mesmo as de cunho islâmico, sofrem discriminação legal e social.

No Paquistão há o crime da blasfêmia, pena de morte para a blasfêmia contra o islamismo, e prisão para as outras religiões. Por pressões sociais, religiosas e oficiais não há julgamentos em casos de blasfêmias contra as religiões não-islâmicas. Os membros do governo precisam ser muçulmanos e defender a religião islâmica.

O Paquistão ainda tem julgamentos tribais que beiram o absurdo. Mulheres são condenadas a estupros coletivos e outros horrores que surgem nas mentes dos conselhos tribais religiosos.

Síria

A liberdade religiosa está num nível razoável devido às restrições governamentais estabelecidas pela ditadura síria. A Síria tem um dos maiores conjuntos de cristãos do Oriente Médio, com 10% da população. Não há religião oficial, só que o presidente tem que ser muçulmano e o islamismo é a fonte da lei e da justiça.

Todos os grupos religiosos precisam ser registrados e precisam ter autorização para todo o tipo de reunião que não seja o culto propriamente dito. Há isenção de impostos para os grupos religiosos. A Páscoa Ocidental e a Ortodoxa são consideradas feriados nacionais. O governo sírio desestimula as práticas religiosas dentro da burocracia estatal.

As relações familiares são regidas pelo direito religioso, o que invariavelmente resulta em discriminação contra as mulheres, no caso das famílias islâmicas. Há poucos casos de tensões religiosas na sociedade, causadas mais por controle estatal da imprensa do que pelas visões divergentes sobre religiões.

Turquia

A Turquia é o país islâmico mais liberal, contudo há restrições ao exercício da religião e discriminação legal e social. A situação da liberdade religiosa vem se deteriorando por parte de ações do governo e de vândalos. Ainda assim, o secularismo é a doutrina oficial legal.

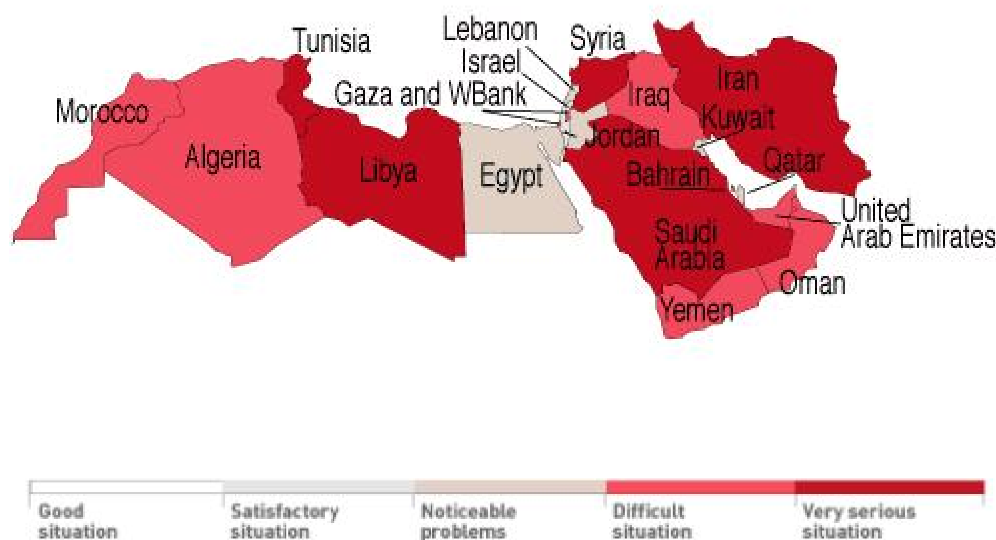
O governo regula as atividades religiosas islâmicas e não-islâmicas por dois órgãos diferentes. O governo pode desapropriar propriedades religiosas não-islâmicas quando a população da referida religião cair "drasticamente". A designação de locais de culto é feita pelas autoridades municipais e há registros de cristãos sendo presos e processados por fazerem cultos em casas particulares sem autorização governamental.

Os cristãos e judeus têm uma certa tranqüilidade para realizar seus cultos, só que há inúmeras publicações anti-semitas e anticristãs e o proselitismo religioso não tem proteção legal.

>>>LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM DETERMINADOS PAÍSES MUÇULMANOS

Os dados aqui informados são do "Worldwide Press Freedom Index 2005" da ONG Repórteres Sem Fronteiras. Quando os dados não forem desta fonte, citarei oportunamente.

Situação no Oriente Médio e Norte da África



Arábia Saudita

A Arábia Saudita é considerada pela ONG Repórteres Sem Fronteira como um dos 10 países mais restritivos no que tange a liberdade de expressão. O regime é tão supressor que o Ministro do Interior, Príncipe Nayef chefia "um Estado dentro do Estado". A operação de *outlets* de mídia depende de decreto real e todos os editores são escolhidos pelo governo. O governo saudita faz de tudo para impedir a entrada de jornalistas estrangeiros, que quando conseguem suplantar a selva burocrática são acompanhados por um lacaio do governo. O governo saudita também investe pesado no controle da internet.

Bahrein (2004)

O Bahrein é um oásis de liberdade comparado com seus vizinhos do Golfo Pérsico. Contudo, a lei de imprensa ainda tem trechos que permitem a persecução penal contra pessoas que tentem minar o Islã. Por pressão da sociedade, este trecho nunca foi posto em prática. Há censura de jornais e revistas estrangeiros e a televisão é monopólio estatal.

Iêmen (2004)

O Iêmen tem a constituição mais liberal de todo o Oriente Médio, só que está é virtualmente inativa devido a um governo autocrata que se instalou em 1978. Os jornalistas iemenitas sofrem toda a sorte de pressão governamental, sendo ameaçados com violência física e banimento eterno da profissão. A TV e o rádio são monopólios estatais e as entidades reguladoras do setor não contém membros que não do governo.

Irã

O Irã é um típico exemplo de teocracia ditatorial radical. Os jornalistas estão sujeitos a todo tipo de ameaça estatal, especialmente com o uso de "intimações" do Ministério da Justiça e da inteligência iraniana, o que resulta em fianças estratosféricas que são uma sentença de falência contra os jornalistas. As denúncias contra jornais são geralmente estapafúrdias e com penas sem conexão alguma com o tal "crime". Os jornalistas estrangeiros, quando conseguem entrar no país, são monitorados à exaustão. A impunidade contra crimes em que jornalistas são vítimas é comum.

Iraque

O Iraque é o lugar mais perigoso do mundo para jornalistas. O principal problema no Iraque é a segurança dos jornalistas, dada a situação transitória do país. Há uma guerra de farpas entre os jornalistas e as forças americanas e iraquianas: os jornalistas acusam os militares de brutalidade e os militares acusam os jornalistas de não darem a mínima para as regras de segurança.

Líbano (2004)

O Líbano já foi considerado um oásis de liberdade de expressão. Há ataques freqüentes a *outlets* de mídia, especialmente aqueles que são contra a influência da Síria na política libanesa. A programação televisiva pode ser suspensa por ordem ministerial, sem necessidade de processo judicial. Outra fonte para interrupção de notícias são as opiniões religiosas e opiniões sobre o governo. Tudo aquilo que pode ser considerado como "blasfêmia" ou ataque a "integridade nacional" é censurado sem a mínima preocupação com o devido processo legal[4].

Líbia

A liberdade de imprensa é delimitada pelos devaneios do ditador Kadaffi, o que sempre significa notícias pró-Kadaffi ou o que estiver na mente do seu lacaio. Como se pode imaginar, a imprensa não pode fazer críticas ao "Irmão Líder". Esta cultura de repressão teve um *offshot* perigoso: a autocensura. A autocensura faz parte do cotidiano da imprensa Líbia. Kadaffi também tenta censurar todos aqueles jornalistas no exterior que ousem falar mal dele.

Marrocos

Embora o governo tenha perdoado todos os jornalistas que estavam sendo processados devido o exercício de sua profissão, o Marrocos não pode ser considerado uma terra de liberdades. 80% dos jornalistas não se acham livres para escrever sobre todos os tópicos. Os jornais não podem criticar a figura do rei e são vítimas de policiais e juízes enviesados com o governo. A mídia também sofre pressão de grupos islâmicos, que o fazem por meio de ataques terroristas.

Palestina

A mídia palestina é alvo freqüente de radicais islâmicos, tanto de dentro como de fora do protogoverno. A mídia palestina tende a ter mais liberdades do que nos outros países da região, embora esta liberdade varie diariamente. O uso da Internet, no entanto, é irrestrito e as pessoas podem captar canais de TV estrangeiro por

---

[4] Devido processo legal se refere ao padrão ocidental de justiça criminal: regra processual definida anteriormente ao caso e sem sigilos, juiz imparcial e independente do governo (com ou sem auxílio de júri), julgamento público, possibilidade de contestação de provas, não-obrigação de produzir provas contra si mesmo, direito de silêncio e possibilidade de recurso.

meio de parabólicas. O vandalismo contra a mídia é algo comum na realidade palestina e está relacionado a disputas políticas da localidade. Representantes estrangeiros são vítimas contumazes de ameaças.

Paquistão

Com o pretexto de "combater" o terrorismo, o Paquistão se arvora de inúmeros instrumentos para perseguir e censurar a imprensa; correspondentes estrangeiros são monitorados pelos serviços de inteligência. No Paquistão existe o conceito de "área de blecaute" para a imprensa, isto é, zonas do país onde a imprensa simplesmente não pode existir. Jornalistas estrangeiros também são selecionados aleatoriamente para servir de exemplo a seus colegas. Os ativistas islâmicos contam com o beneplácito das autoridades policiais, e se engajam em vários atentados contra a imprensa.

Síria

O regime de Assad é alvo constante da comunidade internacional, seja por qualquer motivo razoável. O Partido Baath domina toda a mídia da Síria e tem um decreto dizendo claramente que não se tolerará críticas contra o partido, a unidade nacional e outros eufemismos para cercear a imprensa. Muitos sírios se refugiam no Líbano para poder continuar com sua independência editorial.

Turquia

A Turquia vem tentando entrar na União Européia desde os anos 1990. Com isso veio mudanças favoráveis no campo da liberdade de expressão, o que não quer dizer que a Turquia esteja nos parâmetros mínimos aceitáveis do Ocidente. As penas para crimes cometidos por jornalistas são elevadas e são sujeitos a interpretações momentâneas de juízes nem sempre comprometidos com as liberdades individuais. A Turquia também utiliza o moto "luta contra o terrorismo" para aniquilar a dissidência, em especial a curda.

OPINIÃO

Rodrigo Veleda

Falar de liberdades individuais nos países islâmicos é o mesmo que dizer que ir para o Caribe em busca de neve. Os regimes são quase sempre monarquias absolutas ou ditaduras benevolentes que são fartamente financiados por petrodólares e cujos regimes são baseados em interpretações do islamismo feitas por um grupo diminuto de pessoas, sem o menor *oversight* democrático.

Apesar de tudo isto, podemos perceber que uma considerável parcela da população local apóia isso e aplica tais preceitos em suas relações particulares, com ou sem legislação oficial. Estas pessoas percebem o islamismo como uma religião superior e por isso podem fazer o que bem entendem com as outras religiões. Este tipo de tratamento não é dispensado aos muçulmanos em países cristãos, mesmo os países em que o cristianismo é a religião oficial com Reino Unido e Argentina.

Uma pessoa em sã consciência nunca poderia dar qualquer tipo de explicação para as tais charges. Esta revolta das charges é intrinsecamente hipócrita e nada tem a ver com uma improvável "ofensa" ao islamismo. Tem a ver com o fato de que os países ocidentais permitem os seus cidadãos o exercício de todas as liberdades individuais, independente de cor, sexo, idade, classe social, saldo na conta e outras variáveis. Defender os revoltados é apoiar o regime saudita.